

Apoio psicossocial de base comunitária para programas da Aliança ACT

Princípios orientadores

Este documento foi aprovado pelo Comitê Executivo da Aliança ACT em 14 de dezembro de 2011,
como diretriz orientadora para os programas dos membros da aliança.

Desenvolvido pelo Grupo de Trabalho Psicossocial de ACT.

1. Introdução

Membros da Aliança ACT e o secretariado de ACT (daqui por diante referido como 'ACT') têm um compromisso em comum de proteger, sem discriminação, os direitos e a dignidade das pessoas com as quais trabalhamos durante nossas respostas a emergências e acontecimentos angustiantes ou situações estressantes de longa duração. ACT reconhece sua responsabilidade em proteger populações afetadas e também reconhecer e fortalecer capacidades locais. Uma prioridade fundamental em emergências é proteger e aprimorar a saúde mental e o bem estar psicossocial da população e reconhecer suas capacidades de recuperação e resiliência. Em 2010, ACT fundou um Grupo de Trabalho de Apoio Psicossocial (GTAP) para promover e apoiar a necessidade de considerações sociais e psicológicas em todos os seus setores de trabalho.

O GTAP desenvolveu princípios orientadores para auxiliar a equipe de ACT, consultores/as e voluntários/as a proporcionar apoio psicossocial de base comunitária em países em todo o mundo. O Apoio psicossocial de base comunitária acrescenta uma dimensão mental e social para a tradicional ajuda humanitária e tem assumido uma significância considerável, como um foco dos esforços de auxílio. Constatou-se que quando o bem-estar psicossocial das pessoas afetadas é abordado, elas tendem a se beneficiar mais com os outros componentes dos esforços de recuperação.

Estes princípios orientadores são destinados a servir como referência para iniciativas de apoio psicossocial pelos membros da Aliança ACT. Estes princípios orientadores mantêm o padrão de qualidade do trabalho psicossocial e representam as melhores práticas nesta área. Eles são baseados nos princípios do respeito pelo ser humano e seus direitos humanos, igualdade de gênero, compreensão e aperfeiçoamento.

2. Entendendo o apoio psicossocial de base comunitária

O apoio psicossocial de base comunitária (APBC) é uma abordagem em que o auxílio humanitário integra os aspectos psicossociais em sua resposta. O bem-estar psicossocial depende de muitos aspectos da vida de uma pessoa. Para se atingir uma sensação de bem-estar, as pessoas contam com: interação social; estimulação mental e aprendizado; segurança física; e crenças religiosas e espirituais. As suas necessidades materiais e biológicas, assim como as psicossociais, deverão ser atendidas, em termos de alimento, água, abrigo, saneamento, saúde física e mental. Outra necessidade é a estabilidade econômica. Após um desastre, a maneira como as necessidades básicas e a segurança das pessoas são respondidas provoca um impacto em seu bem-estar e recuperação.

O fundamento de todo o trabalho psicossocial de base comunitária é o reconhecimento da capacidade de recuperação, resiliência, futura reconstrução e desenvolvimento da comunidade afetada. O apoio psicossocial vai além das fases iniciais emergenciais e acontecimentos estressantes. É importante fomentar a construção de capacidades no âmbito do autogoverno e tomada de decisões coletivas, para o fortalecimento do desenvolvimento comunitário. Todas as comunidades e pessoas têm recursos e estratégias para lidar com dificuldades, doenças e aflições. É responsabilidade dos/as agentes humanitários respeitar, entender e capacitar a comunidade e pessoas em sua própria recuperação. As estratégias para lidar com dificuldades nunca poderão ser apoiadas quando os direitos humanos básicos individuais sofrem abusos.

2.1 Desastres afetam as pessoas de diversas maneiras

Desastres afetam a todos/as em uma comunidade. As circunstâncias de nossas vidas na hora de uma emergência influenciam nossa experiência sobre ela – e seus impactos em nossa vida posterior. Uma avaliação precoce das diferentes reações perante crises é importante. É importante distinguir entre angústia normal e transtornos mentais. As equipes de emergência precisam respeitar e entender que culturas diferentes vão reagir de formas diversas. Em nível comunitário, precisam reconhecer que famílias e pessoas são constituídas de homens e mulheres de todas as idades e níveis de aptidão; algumas pessoas podem vir a ter necessidades especiais, mas com os mesmos direitos. Os/as integrantes de cada grupo enfrentam diferentes riscos e são afetados de maneiras variadas.

É essencial entender a pessoa dentro do contexto comunitário e de todas as complexidades sociais e culturais. Pode haver influências externas, traumas etc., que determinam a aptidão de alguém para funcionar em outras áreas de sua vida – até a capacidade de defender a si mesma, o que representa um componente necessário à comunidade para acessar outros serviços oferecidos em uma emergência. Entretanto, é essencial que enquanto serviços externos sejam providenciados, estes sejam administrados de uma forma que sejam construídos a partir dos recursos da comunidade, permitindo sua capacidade de recuperação e desenvolvimento futuro.

Intervenções precisam ser orientadas para ir ao encontro das várias necessidades de todos os grupos. Algumas pessoas necessitarão de uma grande atenção extra, tais como crianças sem pais, crianças cuidando de lares, homens ou mulheres cuidando de lares. Apoio psicossocial deverá ser providenciado para os/as vulneráveis, incluindo crianças, pessoas idosas com deficiências, lactantes ou mulheres grávidas ou mulheres e homens violentados/as ou abusados/as sexualmente. O retorno ao funcionamento ideal deverá ser baseado na comunidade e promovido através de atividades sociais e encontros em escolas, centros comunitários, igrejas, mesquitas e organizações locais. Atendendo as necessidades espirituais, promove-se a saúde mental e um sentimento de conexão, de fazer parte. É importante promover práticas terapêuticas comunitárias e entender e respeitar rituais comunitários e práticas de sepultamento.

Na maioria das vezes, pessoas afetadas por um desastre vão se recuperar e voltar a um nível de funcionamento que lhes permite viver de uma forma plena. Entretanto, para algumas, as necessidades de recuperação são bem mais longas e complexas. Para outras, ainda, a estigmatização pela comunidade poderá causar problemas adicionais, requerendo uma atenção especial para a superação.

2.2 Envolvendo a comunidade

Para criar uma reação humanitária inclusiva e benéfica, será necessário focar e envolver mulheres, meninas, meninos e homens em todos os aspectos do trabalho responsivo. Participação equitativa é um pré-requisito. Acompanhando um desastre ou conflito, o esforço responsivo ao desastre deverá facilitar a avaliação comunitária de suas necessidades, anseios, problemas, recursos disponíveis e valores. Isto inclui avaliações das necessidades, através de organizações locais existentes, organizações de base comunitária e organizações da sociedade civil. É preciso habilitar a comunidade através do reconhecimento e encorajamento, para que criem em sua própria capacidade de mudança e de proteger seu bem-estar global. A apropriação local e a responsabilidade são estabelecidas engajando-se ativamente as mulheres e homens afetados na tomada de decisões, durante todas as fases de resposta a um desastre. Isto inclui diagnóstico, planejamento, implementação e avaliação. Habilidades de relacionamentos, parceria e “conhecimento local” são essenciais para garantir que a resposta ao desastre seja ajustada à comunidade afetada. Quando a comunidade afetada compartilha a apropriação e a responsabilidade, e se torna apta a construir com seus próprios recursos, torna-se melhor preparada para sustentar mudanças para além do período de recuperação. Acompanhando a recuperação, talvez seja necessário reconstruir não só as vidas da comunidade, mas a infraestrutura, serviços e programas.

Durante emergências, muitas pessoas dependem da ajuda humanitária para auxiliá-las a alcançar as necessidades básicas. Esta dependência pode contribuir para um desequilíbrio de poder entre os/as que fornecem serviços e os/as que os recebem. Sensibilidade cultural e de gênero e inclusão da comunidade afetada vai ajudar a minimizar desentendimentos e lutas pelo poder. Quando o apoio externo for necessário através de organizações como a Aliança ACT, este sempre deverá ser construído a partir das capacidades locais existentes com a intenção de possibilitar a comunidade a se tornar autossustentada.

2.3 Usando as melhores práticas

Respostas a desastres podem, de uma forma não intencional, causar mais danos do que trazer benefícios. Para reduzir o dano, todos/as os/as trabalhadores/as humanitários/as precisam aderir aos princípios e padrões humanitários internacionais de conduta. Agências também devem estar abertas para avaliar seus programas e permitir revisão externa. A cooperação com outras agências e organizações, especialmente as locais, facilitará a adoção de “melhores práticas”, que são comprovadamente efetivas e bem sucedidas.

É importante agir de forma a Não Causar Dano. Evidências e experiências têm demonstrado que pessoas que se sentem seguras e conectadas a outras permanecem calmas e esperançosas. Ainda, aquelas que têm acesso a apoio social, físico, mental, emocional, espiritual e cultural estão em uma posição melhor para ajudarem a si mesmas e receber ajuda de outras. Buscamos um bem-estar de longa duração e um sentimento de pertença e empoderamento – no sentido de nos percebermos incluídos e inclusivos. A APBC crê na capacitação das comunidades para que compreendam seus direitos e para que os reivindiquem, e em sua capacidade de usufruí-los, de maneira que possam beneficiar-se do apoio de emergência. Quando comunidades são capazes de contar com seus próprios recursos, sua sustentabilidade para recuperação no longo prazo, para a reconstrução e o desenvolvimento, melhora significativamente.

Princípios orientadores para apoio psicossocial de base comunitária para programas da Aliança ACT

Princípio 1: Promover os direitos fundamentais e a dignidade da mulher, do homem, das meninas e meninos, sem discriminação, para o bem-estar integral, evitando angústia, medo e dor desnecessários (por ex. físico, emocional e espiritual).

Os direitos dos/as integrantes de uma população deve impulsionar o esforço de apoio. Enquanto vários direitos se desenvolvem pelas necessidades, o enfoque baseado nos direitos soma obrigações legais e morais e responsabilização. Pessoas e grupos são encorajados e habilitados a reivindicar seus direitos; eles/as não são vistos/as como vítimas indefesas ou objetos de caridade, mas, preferencialmente, como pessoas reivindicando seus direitos legais. ACT considera especialmente os direitos e a dignidade das pessoas idosas, crianças e pessoas com deficiências, uma vez que suas necessidades e interesses têm sido frequentemente negligenciados em desastres e conflitos.

Ações possíveis

- Fazer dos direitos humanos uma dimensão integral do planejamento, implementação, monitoramento e avaliação dos programas psicossociais em emergências, especialmente as pessoas consideradas em situação de risco ou estigmatizadas. Os membros da Aliança ACT

e/ou seus parceiros locais implementadores devem estar familiarizados com as leis locais relevantes e regulamentos que protegem os direitos das pessoas a serem cumpridos no esforço da resposta. Adicionalmente, as agências governamentais encarregadas de garantir estes direitos devem ser reconhecidas e apoiadas. Isto é a chave para qualquer abordagem baseada em direitos.

- Promover a realização de serviços inclusivos e não discriminatórios e evitar a institucionalização desnecessária de pessoas com transtornos mentais ou crianças desacompanhadas.
- Proteger sobreviventes de violações dos direitos humanos do risco de estigmatização, através da inclusão em programas mais amplos.
- Defender junto com organizações de direitos humanos e doadoras a necessidade de apoio psicossocial para sobreviventes, e fornecer a eles/as informações sobre estruturas de apoio disponíveis.
- Garantir mecanismos de reclamação claros e igualmente acessíveis aos/as detentores/as de direitos.

Princípio 2: Incluir considerações sociais e psicológicas em todos os setores de trabalho de ACT (por ex. água e saneamento, subsistência, abrigo, saúde e segurança).

Todas as áreas fundamentais da resposta humanitária têm componentes psicossociais com papel importante para a recuperação das pessoas após um acontecimento traumático. O aspecto social destes serviços básicos é, psicologicamente, muito importante. A forma como o auxílio é distribuído, como os campos/abrigos são organizados e situados, como se dá o fornecimento de serviços a uma população afetada e como a proteção e a participação igualitária estão inseridas no programa exercem um papel na forma como a pessoa percebe seu bem-estar e na sua habilidade de efetivamente se recuperar do desastre.

Ações possíveis

- Avaliar fatores psicossociais em todas as atividades relacionadas à segurança alimentar, distribuição de alimentos, água e saneamento, abrigo e planejamento do local.
- Ativar a participação no diagnóstico, planejamento e implementação, especialmente engajando as mulheres e outras pessoas em situação de risco.
- Promover a dignidade, segurança e proteção em todas as atividades referentes ao acesso/distribuição de água e ao saneamento, assegurando que as latrinas e áreas de banho possam ser chaveadas/trancadas e sejam bem iluminadas.
- Prevenir e resolver conflitos, em relação à ajuda humanitária, entre as famílias afetadas, grupos deslocados, residentes permanentes, parceiros locais e doadores estrangeiros, de uma forma construtiva.
- Implementar ajuda emergencial de uma forma culturalmente apropriada, que proteja a identidade, a integridade e a dignidade dos/as interessados/as principais.

Princípio 3: Construir sobre as estratégias de ajuda comunitária da própria comunidade, promovendo a apropriação e o controle sobre os recursos, por parte da comunidade, através de processos participativos de engajamento e tomada de decisões.

Abordagens baseadas na comunidade reconhecem e constroem sobre estratégias de enfrentamento existentes na comunidade e procuram reforçar a resiliência das pessoas e suas famílias. As

comunidades identificam suas necessidades e participam, implementando estratégias que consideram apropriadas às circunstâncias.

Ações possíveis

- Ativar participação igualitária no diagnóstico, planejamento e implementação, incluindo mulheres e outras pessoas em situação de risco.
- Facilitar o processo de identificação comunitária de ações prioritárias através de diagnóstico rural participativo (DRP) e outros métodos participativos.
- Facilitar uma avaliação de gênero como base para intervenções direcionadas.
- Estar atento/a às barreiras de idiomas, especialmente quando elas limitam a participação local na fase dos esforços de auxílio. Evitar empoderar aqueles que falam a linguagem das organizações não governamentais, quando a comunidade é mais qualificada e conhecedora para liderar a ação.

Princípio 4: Promover o retorno do funcionamento otimizado das comunidades afetadas e pessoas, através de seu envolvimento em atividades sociais e encontros realizado em estruturas locais, tais como escolas, centros comunitários, igrejas, mesquitas e organizações locais.

As comunidades afetadas precisam estar ativamente envolvidas em todos os aspectos da resposta humanitária. Sua participação é essencial no diagnóstico, planejamento, implementação e avaliação de todos os esforços de auxílio. Sempre que possível, estruturas e programas existentes na comunidade afetada deverão ser usados e fortalecidos. Uma vez que o impacto psicológico e social em emergências podem ser de longa duração, é importante que a comunidade afetada esteja apta a sustentar os programas ao longo do tempo.

Ações possíveis

- Apoiar as iniciativas comunitárias, encorajando ativamente aquelas que promovem o apoio à família e comunidade, para todas as pessoas da comunidade afetada, incluindo famílias monoparentais e pessoas em situação de maior risco.
- Encorajar a formação de grupos, particularmente aqueles que são formados em grupos pré-existent, para conduzir atividades diversas de autoapoio e planejamento.

Princípio 5: Reconhecer e encorajar a convicção da comunidade nas sua própria capacidade em fazer mudanças e proteger seu bem-estar geral, construindo a partir de seus próprios recursos

A maneira como o auxílio é distribuído e também como é feito fornecimento de serviços a uma população afetada é vital para sua capacidade de efetivamente recuperar-se do desastre. Projetos de resposta humanitária inapropriados podem prejudicar o bem-estar, criando ambientes sociais estressantes e reduzindo o acesso de algumas pessoas a seus direitos básicos.

Quando a população é tratada como se fosse inteiramente dependente de ajuda externa, ao longo do tempo seus/suas integrantes podem realmente tornarem-se dependentes. Papeis familiares e relacionamentos são enfraquecidos e relações comunitárias, distorcidas. O respeito próprio, a autoestima e a autoconfiança são prejudicadas ou destruídas, o que afeta o bem estar individual e comunitário. Portanto, é essencial organizar o apoio a partir das capacidades locais.

Ações possíveis

- Estabelecer previamente espaços seguros e suficientes para apoiar discussões de planejamento e a sua disseminação em todos os idiomas necessários para atingir a todos/as pessoas.
- Reconhecer e enfatizar o apoio psicossocial que vem da própria comunidade afetada.
- Organizar a resposta de emergência a partir dos recursos disponíveis, evitando oferecer mais ajuda do que necessário.
- Se certificar de que a presença física dos membros de ACT na área afetada segue o princípio de NÃO CAUSAR DANO; que a proteção e participação estão inseridas e são bem compreendidas em todos os níveis e que os mecanismos de reclamação estão funcionando.

Princípio 6: Promover práticas terapêuticas comunitárias positivas, enfatizando as estruturas de apoio da família e da comunidade, para atender às necessidades individuais e coletivas

A disponibilidade de estratégias coletivas para lidar com situações tais como funerais, rituais, cerimônias e redes de apoio sociais, como, por exemplo, famílias solidárias, grupos de pares, instituições religiosas e culturais e comunidades, reduzem a probabilidade de efeitos adversos duradouros após um acontecimento desastroso.

Ações possíveis

- Facilitar condições para práticas terapêuticas apropriadas, tais como rituais e sepultamentos, que são importantes para as pessoas afetadas e também compatíveis com o padrão dos direitos humanos internacionais.

Princípio 7: Focar as necessidades espirituais das pessoas para manter a boa saúde mental e um sentimento de pertença e conexão

Focar a vida espiritual da comunidade eleva a perspectiva de coesão entre os/as sobreviventes/as. Os/as líderes espirituais, quando tratados/as com respeito e também incluídos/as no planejamento geral, podem fornecer acesso a pessoas chave e encorajar a cooperação da comunidade local. Enquanto ACT vê as necessidades espirituais como centrais nos processos de recuperação, ela nunca vincula a promessa, entrega ou distribuição de assistência à adesão ou a aceitação de uma fé religiosa em particular.

Ações possíveis

- Aproximar-se de líderes religiosos e espirituais e outros guias culturais para escutar seus pontos de vista sobre como as pessoas foram afetadas e que práticas podem beneficiar a população afetada.
- Aprender sobre os apoios culturais, religiosos e espirituais e mecanismos de enfrentamento e disseminar a informação entre os atores humanitários nos encontros setoriais e de coordenação.
- Discutir com os/as líderes sobre tradições e práticas prejudiciais que podem travar a recuperação.
- Proporcionar aos/as provedores/as de assistência o apoio e cuidado de que necessitam para serem efetivos.

Princípio 8: Reforçar a resistência e a esperança da comunidade em uma recuperação e sustentabilidade de longo prazo, nutrindo sua capacidade de crescimento

As mulheres e os homens nas comunidades afetadas precisam estar no controle da direção de sua recuperação. Quando eles/as se apropriam e assumem a responsabilidade pelos programas, tornam-se melhor preparadas para sustentar as mudanças após o período de recuperação.

Ações possíveis

- Facilitar o processo da identificação comunitária das ações prioritárias, através do diagnóstico rural participativo e de outros métodos participativos.
- Apoiar iniciativas comunitárias, encorajando ativamente aqueles/as que promovem ações de apoio à comunidade e à família para todos/as integrantes da comunidade afetada, incluindo pessoas em maior risco.
- Apoiar iniciativas e estruturas comunitárias que estão promovendo e sustentando o acesso das mulheres na tomada de decisões.
- Lembrar que uma situação de emergência não é somente uma tragédia, mas pode também se tornar uma plataforma de mudança para a melhor. Pode fomentar novas lideranças e papéis e promover maior igualdade no acesso a serviços e tomada de decisões. É, portanto, importante que o apoio humanitário, querendo ou não, sustente a igualdade e justiça.
- Envolver ativamente parceiros locais e não tratá-los como se fossem meros implementadores de nossas ideias, mantendo a responsabilidade principal pela sustentabilidade dos esforços de auxílio.

Tradução: Anna Vlcek, Uppsala, Suécia